

## EXPOSIÇÃO SUMÁRIA E BREVE COMENTÁRIO AO REALISMO CRÍTICO DE ARNALDO DE MIRANDA BARBOSA

Eduardo Abranches de SOVERAL  
Porto

1. Arnaldo Miranda Barbosa (Arnaldo Miranda Casimiro Barbosa) nasceu em Espinho, em 1916, e faleceu em Coimbra, no ano de 1973. Foi professor catedrático de Filosofia e vice-reitor da Universidade de Coimbra, e director do Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da mesma Universidade.

2. Na personalidade de M. B. avultavam a lucidez especulativa e o gosto pela acção política.

Essa lucidez era de tal modo vigorosa e patente, que nunca ninguém se atreveu a pô-la em causa. Amigos e inimigos se rendiam à seriedade filosófica, ao rigor analítico, à articulação lógica e às síntese luminosas das suas aulas de **Teoria do Conhecimento**. E isso apesar de a exposição ser desagradavelmente pontilhada pela repetição obsessiva de curtas frases (no tempo em que o ouvi se servia da interrogativa — “**Não é?**”) que marcavam outras tantas pausas na sequência enunciativa do discurso, e pela monótona repetição também de gestos e entonações de voz, em que toda a sua pequena figura participava, numa entrega inconsciente.

Longa foi a série de gerações académicas que com ele aprenderam, para não mais esquecer, nem confundir, o essencial dos pensamentos de Descartes, de Kant e de Husserl; e que, por virtude do seu magistério, guardaram para com os neo-escolásticos conimbrenses, e em especial para com Pedro da Fonseca (1528-1559), o maior respeito intelectual.

3. O gosto que teve pela acção política, dados os condicionamentos que a situaram, não se compaginava bem com a sua vocação filosófica. E os discípulos que melhor o entenderam e mais o admiravam, mesmo aqueles que comungavam nas suas convicções e preferências

doutrinárias, — lamentavam o tempo e a prioridade postos nessa acção, em detrimento da elaboração de uma obra teórica à sua medida.

Será por isso conveniente uma breve análise da perspectiva política de M. B., para melhor compreender a sua personalidade e avaliar o seu pensamento filosófico, muito em especial no que respeita à questão de saber qual terá sido o valor existencial que ele próprio lhe atribuiu.

O tema reveste-se aliás do maior interesse para a história das ideias e para a sociologia da cultura em Portugal, visto poder constituir-se no mais profundo diferenciador das mentalidades políticas em que se divide, ainda hoje, o nosso universo ideológico. (Análise essa, diga-se de passagem, bem necessária e urgente, se atendermos ao espectáculo oferecido por movimentos partidários tão equivocados quanto à própria identidade, e ao correspondente voluntarismo doutrinário, desligado das realidades e da exigência lógica dos princípios).

4. Vamos directos ao essencial: a nação portuguesa viveu, ao longo de oito séculos, integrada numa ordem político-jurídica monárquica e centralizadora, que resistiu e se adaptou, melhor ou pior, aos ideais, às doutrinas e às figurações ideológicas que foram sucessivamente dominando e dirigindo o rumo da história.

O elemento definidor deste contexto reside no facto de a última instância do poder político — a instância trágica e demiúrgica da decisão soberana, da decisão substantiva e nua que não depende das próprias justificações, e assume a responsabilidade por todas as consequências, mesmo por aquelas que não desejou nem previu — ser identificada com a linhagem dos primogénitos reais.

É evidente que esta restrita e rígida exclusividade deve ser vista muito menos como um meio para garantir a paz pública, do que como expediente para reduzir à escala humana um poder que melhor se compreenderia como pertença dos deuses... Ainda assim, na sua frágil consistência objectiva, na sua vulnerabilidade aos golpes do destino, na sua natural teatralidade, na sua capacidade de transfiguração estética e mítica, — há nela uma sacralidade difusa impossível de esconjurar completamente, salvo com o sacrifício, cruento, público e humilhante do Rei. O regicídio capaz de pôr termo, não só à vida do monarca, mas à própria realeza, tem de possuir uma formalidade ritual que lhe permita actuar eficazmente nas zonas mais profundas do psiquismo social. Foi o que pelos vistos aconteceu, talvez pela força de um acaso funesto, quando do assassinio de D. Carlos e do príncipe herdeiro. (Parafraseando António Nobre, apeteceria perguntar: — **“Aonde estais dramaturgos do meu País?...”**). Mas deixemos de lado esta incursão pelos domínios fascinantes da fenomenologia política.

5. Neste quadro, a mentalidade política que sociologicamente se constitui é caracterizada pelo facto de o poder nunca ser usado como algo que se conquista e de que se pode dispor, directamente, abrindo com ele os caminhos do futuro. Quer sob a forma menor — mundana e calculista — do **cortesão**; quer sob a forma épica e generosa daqueles que põem a vida ao serviço da pátria e do rei, — o monárquico sente-se sempre, politicamente, como um **súbdito**. É sempre um mandatário, um executante, uma figura de segundo plano.

Daf as inibições e o complexo de ineficácia que fere os políticos de sensibilidade monárquica quando actuam num contexto republicano. E a sua tendência, conforme o tipo de que aproximem, para a manobra palaciana, nos bastidores dos poderes constituídos, cuja continuidade sempre desejam e acabam por servir (foi este o caso de M. B.); ou para a quixotesca e intempestiva aventura, em que tudo arriscam por D. Sebastião, “quer ele venha quer não”, num desinteresse, quase suicida, pelos resultados do seu sacrifício.

As figuras tipicamente republicanas do **ditador**, do **demagogo**, do **anarquista**, do **revolucionário**, e mesmo do respeitável e pacífico cidadão participante, que tem na política, como sensato objectivo, a negociação de soluções para os problemas públicos mais urgentes, — são-lhes alheias e pouco simpáticas; tendem aliás a só nelas verem a face negativa. Do mesmo modo lhes é difícil aceitar que o princípio individualista do sufrágio popular possa sobrepor-se ao princípio tradicionalista e histórico da soberania nacional.

6. É certo que, à medida que a república vai envelhecendo, e acumulando a sua própria tradição, este quadro tipológico se vai alterando também.

As novas gerações já não nascem monárquicas, e os arquétipos políticos e sociais próprios da realeza já não são mais vividos espontaneamente; apenas podem ser apreendidos, de um modo teórico, mediante uma identificação e descrição fenomenológica, integradas, por sua vez, nos contextos globais da ciência e da filosofia políticas; o que implica a desvalorização dos modelos historicamente realizados, e um esforço criador e inovador no sentido de se chegar à figuração de novos modelos desejáveis e realizáveis.

Os progressistas e os utopistas, por seu lado, na posse incontestada e já longa do poder, tendem a ser pragmáticos e a valorizar a própria experiência histórica.

Será pois no novo contexto da situação político-social portuguesa, em fase terminal de mutação, que haverá de desenhar-se, eventualmente, o perfil de uma monarquia moderna, onde poderão encontrar solução alguns dos problemas, teóricos e práticos, que afligem e

ameaçam todas as democracias contemporâneas, designadamente: a) o da conciliação entre soberania popular e soberania nacional; b) entre liberdade e autoridade; c) entre igualdade e hierarquia; d) entre pragmatismo e ética; e) e o da crise de identidade de instituições básicas do Estado tais como a burocracia civil e as forças armadas.

Ora estas questões não podem ter uma solução meramente voluntarista e retórica. Carecem de uma longa e séria reflexão filosófica.

7. Apesar disso, M. B. não mergulhou neste universo de problemas prementes. Confrontado com a grande dificuldade preambular decorrente da tripla circunstância do seu monarquismo tradicional e português, do seu catolicismo, e do seu cartesianismo (sempre perspectivado a partir de uma posição neo-escolástica) — procurou, antes de mais, encontrar fundamento para que pudessem manter-se metodicamente separadas, a prática política, as convicções religiosas e a filosofia entendida como fundamentação de todas as formas de conhecimento e de todos os tipos de acção.

Julgo que é no estudo **A Ordem do tempo e a Ordem da Razão no Método Augustiniano**, (Lisboa, 1955), que a questão terá sido mais demoradamente analisada. Mas logo no título da primeira obra que publicou (**Lógica — ensaio esquemático de uma lógica pura como fundamentação mediata de uma teoria axiológica**, Coimbra, 1940) está expressa a intenção de ligar teoria e prática, dando primazia e prioridade àquela, na ordem da fundamentação, mas reconhecendo a autonomia da segunda, na ordem da urgência; por caminhos que depois abandonará (não interessa agora saber porquê) está já aí em marcha o seu propósito de conseguir uma versão original (e realista) do esquema cartesiano. Então se ocupou principalmente do problema da sequência das disciplinas filosóficas. Mas logo depois essa sua inicial perspectiva cartesiana se tornará mais ambiciosa e complexa: por um lado ficará mais exigente (definição do problema essencial do conhecimento, e solução para ele proposta); por outro se alargará à problemática de uma **moral provisória**, que nos parece ter ficado em aberto. Efectivamente, M. B., dezenove anos depois, (**Conhecimento Metafísico, Filosofia das Ciências e Filosofia da Cultura**, Braga-Porto, 1959), após reinsistir na sua primitiva tese de que a "**Axiologia tem de encarar-se como Ontologia Regional**", volta a adiar e dificultar a solução dos problemas que a mesma levanta, observando que "**a introdução do histórico na Filosofia da Cultura, especialmente devido à filosofia hegeliana, e à investigação do individual, e do concreto, nas ciências da natureza**" suscitam dificuldades; mas que "**sem essa nova perspectiva que a investigação nos oferece (...), dificilmente se poderá reconstruir a Metafísica como fundamento da Ciência e da Cultura**".

Este quadro vai todavia alterar-se, dois anos passados (**II Semana de Estudos Doutrinários — teses, discussões, intervenções**, Porto, Tava-

res Martins, 1961, Introdução, págs. XV-XXIV) com a concepção “axiofânica” e “teofânica” da cultura humana, e com a interpretação agômica da história do Ocidente, designadamente, com o papel que nela é atribuído ao “espírito luciferino” e ao “espírito satânico” (que argutamente distingue).

Partindo pois do princípio, que temos por certo, que M. B. não renunciou ao seu cartesiano renovador, são agora mais legítimas ainda várias interrogações.

Teria ele chegado alguma vez, se a morte o não tivesse levado tão cedo, à elaboração de uma política e de uma ética **definitivas**? Teria ele alguma vez integrado, num único e coerente sistema filosófico, o mundo dos valores? O seu racionalismo estaria animado também, como o de Descartes, por um voluntarismo construtivista, mercê do qual, em nosso entender, o pensador francês deve ser colocado na raiz das correntes “iluminista” que vieram depois a inundar a Europa? Ou teria ficado preso, menos coerentemente, à dicotomia helénica, acção-contemplação, tão pouco cristã e tão alheia à mentalidade moderna?

É difícil responder sem um estudo mais demorado da sua obra. O tópico aqui fica, porém, exposto à curiosidade dos historiadores da filosofia, de língua portuguesa, que mais cedo ou mais tarde acabarão por se debruçar sobre este insigne pensador.

8. Só algumas palavras ainda, muito breves, para explicar as diferenças entre o panorama que M. B. nos deixou da situação político-social portuguesa, e o esquisso fenomenológico que dela deixámos apontado acima.

Em primeiro lugar haverá que referir que os tempos mudaram muito, tendo inclusive ocorrido entretanto a revolução de Abril de 74. Anotar depois que M. B. nunca adoptou uma atitude de neutralidade descritiva, mas tudo analisou e observou sempre na perspectiva de certos princípios doutrinários que jamais pôs em causa, sequer metodicamente. Por último, e sequentemente, levar em conta que o nosso filósofo — embora conhecesse e estimasse o método fenomenológico — manteve, quanto ao seu uso, muitas reservas, coerentes afinal com as suas mais profundas posições filosóficas.

9. Dado este preâmbulo, indispensável, como dissemos, para melhor compreender a personalidade de M. B., e mais fundo penetrar no significado do seu pensamento, mas logo em demasia, na circunstância, — só nos resta encurtar ao máximo a esquemática exposição da sua filosofia, deixando para posteriores desenvolvimentos, nossos ou alheios, as análises e os comentários interpretativos e críticos que merece.

Pensamos, assim, que o sistema mirandino poderá resumir-se como segue:

a) o que caracteriza a filosofia é a exigência fundamentadora e a ordem problemática;

b) isso requer que se parta de um **mínimo** de pressupostos;

c) esse mínimo é o **cogito**, isto é, a afirmação do pensamento próprio;

d) o conteúdo conceitual e enunciativo do **cogito**, perspectiva-mente metodicamente como mero lado presente à consciência, terá que ser objecto de uma análise;

e) nesta "**análise transcendental dos pensamentos**", utilizou M. B. um processo original de simbolização e de relação lógicas;

f) o resultado dessa analítica terá que ser interpretado e avaliado em função das hipóteses idealista e realista (que respectivamente consideram como imanentes ou transcendentais ao **cogito** os objectos a que os conceitos individuais "intencionalmente" se referem);

g) os critérios de preferência nessa avaliação são a **explicabilidade** e a **simplicidade**;

h) a hipótese mais explicativa e mais simples é a realista, pelo que deverá ser ela a preferida;

i) desta forma se terá resolvido, em termos que não só possibilitam como exigem um desenvolvimento posterior, o **primeiro problema** filosófico, que é o de saber qual a essência do conhecimento.